

14 JUL 1988

Mailson inicia na Inglaterra a rodada européia da dívida

por Jurema Baesse
de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega e comitiva viajam hoje à noite para a Europa onde irão retomar uma nova etapa de negociação da dívida externa brasileira. Os negociadores brasileiros irão, em primeiro lugar, para Londres, Inglaterra, onde irão permanecer até segunda-feira, quando embarcam à noite para Paris, França.

Na terça-feira o ministro e seus assessores permanecem em Paris e viajam à noite para a Alemanha, onde deverão ficar até quinta-feira à noite quando viajam para a Itália, e só no domingo, dia 24 o ministro se-

guirá para os Estados Unidos. O chefe da assessoria internacional do ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, informou, ontem, a este jornal que o ministro da Fazenda não participará da negociação junto ao Clube de Paris, cuja reunião formal está marcada para o dia 28, no dia 26 o ministro já estará de volta ao País. Permanecerão os negociadores técnicos, o próprio Amaral e o diretor da dívida externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas. Amaral confirmou que a negociação será acompanhada pelo diretor da divisão Brasil do FMI, Thomas Reichmann, que chefiou as missões do Fundo que negociaram com o Brasil o

acordo com aquela instituição. Também haverá um representante do Banco Mundial. Amaral explicou que é normal esta participação nas negociações junto ao Clube de Paris.

Amaral, apesar de não querer fornecer informações mais detalhadas sobre as propostas brasileiras junto às entidades oficiais de crédito reunidas no âmbito do Clube, assegurou que o Brasil não vai solicitar a renegociação do estoque da dívida que é da ordem de US\$ 18 bilhões. O prazo de abrangência da rolagem deverá envolver o mesmo período que foi negociado junto aos bancos privados, que foi de 1987 a 1989, sendo que o primeiro

ano foi negociado na forma de um "acordo interino".

O chefe da assessoria internacional do ministério da Fazenda explicou que o Clube de Paris, em negociações recentes, chegou até a perdoar dívidas de países africanos, que estavam em condições econômicas muito difíceis, e em alguns casos concederam vinte anos de prazo para o pagamento. Esta possibilidade de o Brasil se assemelhar à negociação dos países africanos, porém, não está em discussão, porque tal decisão poderia prejudicar o País no sentido da renovação das linhas de crédito para o financiamento de importações, explicou.